

28 MAI 1981
**Senado há uma
semana não
vota qualquer
projeto** O GLOBO

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Senado completou ontem uma semana sem votar qualquer item de Ordem do Dia, desde que, no último dia 21, o PDS conseguiu reunir em plenário 33 senadores para assegurar o quorum mínimo exigido para votações. Como de hábito, o presidente Jarbas Passarinho procedeu à verificação de quorum solicitada, constatando apenas 13 votos no painel eletrônico que, no entanto, não estava funcionando corretamente.

Os partidos oposicionistas continuam firmes na decisão de somente desobstruir a Ordem do Dia depois que o PDS garantir, oficialmente, uma data para tornar pública a sua proposta de reforma eleitoral. O líder do PP, senador Evelásio Vieira (SC) afirmou-se receptivo a propostas concretas. Ele sugeriu que o anúncio das modificações na Lei Eleitoral seja feito a 20 de junho e não no último dia de funcionamento dos trabalhos do Congresso, a 30 de junho, como vem sendo anunciado pelo PDS. Essa sugestão foi feita ao presidente da comissão pedessista que estuda a reforma, senador Aloysio Chaves (PDS-PA). Agora, os dois partidos oposicionistas com representação no Senado — PMDB e PP — aguardam uma resposta do PDS. Segundo Evelásio Vieira, a obstrução poderá ser imediatamente suspensa desde que o PDS fixe uma data para a divulgação dos trabalhos da sua comissão.

TEMOR

Ontem, da Tribuna, o senador Affonso Camargo (PP-PR) disse temer que, depois das opiniões, publicadas pela imprensa, do ministro chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, sobre coligações e sublegendas, a comissão do PDS, anuncie, dentro de um mês, conclusões idênticas àquelas expressadas pelo Ministro.

Também da tribuna o líder do PP, Evelásio Vieira, admitiu que o atraso na aprovação dos empréstimos constantes da Ordem do Dia pode causar um certo prejuízo às comunidades, mas ressaltou que "prejuízo muito maior, que atinge a Nação, é a falta de definição da reforma eleitoral, verdadeira guerrilha que o PDS e o Governo vêm praticando, quando seus representantes fazem afirmações absolutamente contraditórias sobre o mesmo tema, isto é, a legislação eleitoral".